

Controlar a Fera Interior: A Chave do Sucesso nos Campos de Batalha do Século XXI

Major Douglas A. Pryer, Exército dos EUA

1º Colocado no Concurso de Artigos DePuy

Sempre que um exército estiver envolvido em uma guerra, a fera que há em cada combatente tentará se soltar de suas amarras e o bom oficial deve aprender, desde cedo, como mantê-la sob controle, tanto nos seus subordinados quanto em si próprio.

—General George C. Marshall Jr.¹

Uma Revolução em Assuntos Militares?

“O que eu quero que vocês façam?!”, bradou, com sua voz áspera, o comandante da brigada. “Eu quero que vocês os matem!”

No dia 14 Nov 97, a 3ª Brigada da 4ª Divisão de Infantaria (a “Brigada de Ferro”) participava de uma “Avaliação de Combate Avançada”, no Forte Hood, no Estado do Texas². A finalidade desse exercício era validar o conceito “Força XXI” do Exército. Por meio da simulação computacional, a Divisão testava a eficácia dos mais novos equipamentos digitais de comunicações, aeronaves de reconhecimento e sistemas de combate contra uma Força blindada do tipo soviético.

Imagens luminosas na gigantesca tela plana do posto de comando da brigada haviam acabado de indicar que enormes Unidades do inimigo (os terríveis “krasnovianos”) estavam a caminho. O “2º Grupo de Exército krasnoviano” estava atacando a Divisão. Dentro do setor da brigada, o E/2 havia previsto, corretamente, que o primeiro escalão do ataque do inimigo incluiria

duas Divisões de fuzileiros motorizadas, do seu 1º Exército de Armas Combinadas. Caso a brigada sobrevivesse a esse ataque, enfrentaria, em seguida, uma Divisão de carros de combate inimiga.

Nesse dia — que era o último dia do exercício —, o imponente e atlético comandante da Brigada de Ferro, deu um espetáculo. Se ali estivesse o “Old Blood and Guts” (“Velho Sangue e Coragem”), como era conhecido o General George Patton, ficaria impressionado.

Conforme o comandante gritava suas ordens, os oficiais de estado-maior entravam em ação imediatamente, direcionando helicópteros *Apache* do Exército e aeronaves de ataque ao solo da Força Aérea para as áreas de engajamento predefinidas. Esses ataques em profundidade desgastaram consideravelmente o primeiro escalão do inimigo. Apesar disso, ele continuou a avançar, entrando no alcance da artilharia amiga, onde veículos aéreos não tripulados as localizaram, permitindo que o grupo de artilharia da brigada desencadeasse barragens rolantes sobre seu dispositivo. Isso ultrapassou definitivamente o que as Divisões avançadas do inimigo podiam suportar, e elas acabaram interrompendo o avanço, para assumirem uma posição defensiva improvisada.

A batalha não havia terminado, porém. A 24ª Divisão de Carros de Combate do inimigo, que ainda estava intacta, passou pelas divisões do primeiro escalão do inimigo e continuou a avançar. A partir desse ponto, o combate passou a ser cerrado, pertencendo mais aos estados-maiores dos batalhões subordinados do que ao estado-maior da brigada. O estado-maior da

O Major Douglas A. Pryer é o oficial de Inteligência do 14º Regimento de Comunicações, estacionado no Reino Unido. É bacharel pela Missouri State University e mestre em Estudos Militares Avançados pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA (CGSC, em inglês), no Forte Leavenworth, Estado do Kansas. Em 2009, foi o ganhador

dos Prêmios Birrer-Brookes e Arter-Darby, ambos do CGSC, além de ter sido o primeiro colocado no Concurso de Artigos Douglas MacArthur sobre Liderança. Seu livro, The Fight for the High Ground: The U.S. Army and Interrogation during Operation Iraqi Freedom I, é o primeiro a ser publicado pela editora CGSC Foundation Press.

brigada pouco podia fazer além de monitorar a batalha e aguardar o resultado. Não foi preciso esperar muito. Em poucas horas, a Divisão de carros de combate inimiga estava tão desgastada que também acabou capitulando, incapaz de prosseguir na ofensiva.

Os oficiais de estado-maior da brigada exultaram, sorrindo e parabenizando uns aos outros. Na verdade, algumas subunidades das Forças amigas haviam sido subjugadas e aniquiladas. Mesmo assim, esses oficiais acreditavam ter provado que estavam certos. Devido a uma consciência situacional inédita nos anais da história, nenhuma baixa havia sido provocada por fratricídio. O que é ainda mais digno de nota: graças ao alcance superior dos sistemas de combate e de reconhecimento da brigada, eles haviam derrotado uma Força atacante com poder de combate superior, que teria levado à derrota qualquer outra brigada estadunidense.

Durante o exercício, muitos dos oficiais do estado-maior ouviram o termo “Revolução em Assuntos Militares” e acreditaram estar na vanguarda dessa revolução. O combate, pensavam, havia mudado para sempre. Estava prestes a chegar o dia em que o Exército dos EUA seria capaz de derrotar facilmente qualquer inimigo que ousasse se opor a ele.

Logicamente, isso não passou de pura fantasia.

Uma Dose de Realidade

Seis anos depois, em 03 Jan 04, um pelotão da mesma brigada deteve dois moradores em um posto de controle em Samarra, no Iraque, por volta das 23h, dentro do período do toque de recolher³. No posto de controle, os soldados da Companhia Alfa do 1º Batalhão, do 8º Regimento de Infantaria, revistaram cuidadosamente o veículo⁴. Convencidos de que os ocupantes não eram insurgentes, os soldados disseram aos primos Marwan e Zaydoon Fadhil que eles podiam seguir em frente⁵.

O Primeiro-Tenente Jack Saville, comandante do pelotão, estava sentado no interior de uma viatura de combate *Bradley* ali perto⁶. Quando os dois primos retomaram seu deslocamento, ele ordenou via rádio que o pelotão voltasse a parar o veículo⁷. Determinado a ensinar uma lição aos dois, por terem violado o toque de



“Les Huns à la bataille de Chalons”, Alphonse de Neuville (1836-1885).

recolher, Saville ordenou que os soldados o seguissem até uma ponte sobre a Represa de Tharthar e que jogassem os dois primos no Rio Tigre⁸. Ele não pretendia feri-los, mas apenas assustá-los, segundo declarou em seus depoimentos mais tarde⁹.

O que aconteceu exatamente quando os dois iraquianos foram jogados no rio nunca foi provado no tribunal militar. Marwan alegou aos investigadores, posteriormente, que ele havia escutado os soldados às gargalhadas enquanto ele lutava, em vão, para impedir que seu primo de 19 anos se afogasse na forte correnteza¹⁰. Outros familiares dos jovens também alegaram que Zaydoon havia morrido naquele episódio, afirmando que seu cadáver havia sido retirado de um canal rio abaixo, 13 dias depois¹¹. Entretanto, os soldados que estavam no local contaram uma história diferente, jurando ter visto — com óculos de visão noturna — os dois iraquianos alcançarem a margem, são e salvos¹². Outros oficiais do

batalhão também afirmaram, em depoimento, que informantes lhes haviam dito que Zaydoon ainda estava vivo¹³. Acreditavam que sua morte havia sido encenada pelos insurgentes, em uma tentativa de denegrir as Forças da coalizão¹⁴.

Independentemente de Zaydoon ter morrido ou não, Saville demonstrou péssima capacidade de julgamento. Como violadores do toque de recolher, apenas, os dois primos iraquianos tinham direito às proteções das Convenções de Genebra, sem dúvida alguma¹⁵. Além disso, Saville foi imprudente e colocou a si e a seus homens sob o risco de serem acusados de homicídio culposo por negligência. Mesmo que não seja o caso, Zaydoon poderia ter se afogado, considerando a velocidade da correnteza e a profundidade da represa em alguns pontos¹⁶. Com certeza, para ensinar aos dois infratores primários a importância de se respeitar o toque de recolher, teria sido suficiente detê-los, por toda a noite.

O que também está claro é que o discernimento ético do Tenente-Coronel Nathan Sassaman, comandante do batalhão ao qual pertenciam esses soldados, era tão distorcido quanto o de seus subordinados. Ao ser informado da sindicância que estava sendo conduzida pela 3ª Brigada sobre o incidente, Sassaman tentou encobri-lo, ordenando que seus subordinados falassem tudo para o sindicante, exceto “sobre a água”¹⁷. Sua decisão de mentir e de ordenar que seus soldados também o fizessem foi incrivelmente ruim,

inadequada a qualquer oficial norte-americano. O fato de ele ser oriundo da Academia Militar de West Point, uma entidade respeitadíssima por sua ênfase na integridade dos oficiais, torna sua decisão ainda mais surpreendente. “O cadete não irá mentir, trapacear, roubar ou aceitar que outros o façam” é o famoso código de honra da Academia, em West Point.

O incidente teve repercussão internacional¹⁸. A cobertura dada pela imprensa revelou uma imagem nada lisonjeira das táticas usadas pelo batalhão. Os jornalistas relataram que a Unidade havia invadido casas, arrombado portas, humilhado os ocupantes do sexo masculino ao agredi-los na frente de suas famílias, conduzido interrogatórios violentos no local de captura, detido grandes grupos de iraquianos indiscriminadamente, exagerado na execução de fogos de contrabateria e recusado tratamento médico aos insurgentes feridos¹⁹.

Essa imagem negativa pode ter sido exagerada, até certo ponto. Mesmo assim, ela sugere que havia graves problemas arraigados nessa Unidade, tanto com relação a táticas agressivas e contraproducentes, quanto com relação a decisões ruins do ponto de vista ético. Em virtude desse problema subjacente, mesmo que a morte de Zaydoon tenha sido encenada, o escândalo que se seguiu prejudicou muito a credibilidade da coalizão, a tal ponto que é possível que tenha superado até mesmo as expectativas mais radicais dos insurgentes, em Samarra.

A Brigada de Ferro acabou aprendendo, no Iraque, que o sucesso duradouro tinha pouco a ver com tecnologias de informação caras, menos ainda com o conhecimento da localização exata de Unidades amigas e absolutamente nada com a capacidade de detectar grandes formações de carros de combate do outro lado do planeta. Em vez disso, teria de repensar sua organização e suas táticas, para obter um êxito duradouro.

O que é ainda mais importante: a Brigada de Ferro precisaria repensar quanta ênfase deveria colocar na conduta correta.



Departamento de Defesa, Jim Garamone

O Ten Brig Ar Richard B. Myers (centro), da Força Aérea dos EUA, assiste ao briefing do Cel Frederick Rudesheim (à direita) e do Ten Cel Nate Sassaman, ambos do Exército dos EUA, no quartel-general do 1º Batalhão da 8ª Divisão de Infantaria, em Balad, no Iraque, em 2004. Atrás de Myers está o comandante da 4ª Divisão de Infantaria, Gen Brig Ray Odierno.



Biblioteca do Congresso, LC-USZ62-128631

George Washington e outros oficiais do Exército Continental são recebidos por uma multidão exultante em Nova York, em 25 de novembro de 1783. O Exército Continental não só havia vencido a guerra, como também havia provado que poderia ganhá-la de modo compatível com os ideais de liberdade e direitos humanos do Iluminismo.

A Ética e a Era da Informação

A Brigada de Ferro da 4ª Divisão de Infantaria não foi a única a enfrentar dificuldades para se adaptar ao combate no século XXI. A história dessa brigada é também a história do Exército dos EUA. Certa feita, Donald Rumsfeld soltou sua famosa máxima: “Você vai à guerra com o exército que tem... e não com o exército que você gostaria de ter um dia”²⁰. Rumsfeld teria demonstrado maior honestidade intelectual se tivesse dito que, às vezes, ao “escolher” uma guerra, pode ser que você acabe com outra, diferente da que pensava ter escolhido ou da que gostaria de ter.

Nós, sem dúvida, não obtivemos as guerras que esperávamos no Iraque e no Afeganistão. Em retrospecto, o que talvez seja mais surpreendente sobre o que Clausewitz teria denominado a “natureza” de cada uma dessas guerras é que elas nos pegaram completamente de surpresa. Se tivéssemos “lido as folhas de chá” corretamente, teríamos visto que a Guerra do Vietnã, e não a Guerra do Golfo, era o verdadeiro prenúncio do que estava por vir.

Atualmente, a convicção geral é que o nosso país perdeu a Guerra do Vietnã, sem que o nosso Exército tenha perdido uma só batalha. Como,

na verdade, batalhões e companhias perderam algumas das batalhas travadas nesse conflito, essa máxima não deixa de ser um exagero²¹. Não é, no entanto, um grande exagero. Além do mais, chega quase a descrever a nossa situação frequentemente perigosa em nossos conflitos militares mais recentes.

No Iraque e no Afeganistão, mais que no Vietnã, a força das armas não derrotou o Exército dos EUA. Tivemos de ceder terreno várias vezes e — é verdade — perdemos alguns confrontos no escalão pelotão. Também houve alguns enfrentamentos no escalão companhia que vencemos por pouco. Não obstante, nem os insurgentes iraquianos nem o Talibã puderam manter terreno algum que o nosso Exército tenha decidido conquistar. Nossa avassaladora vantagem em poder de combate pouco importou, porém. Apesar dela, conseguimos sofrer derrotas tão terríveis nos dois países que quase “perdemos a guerra”, como aconteceu no Vietnã — o que ainda pode vir a acontecer.

Graças aos computadores pessoais, à internet, aos telefones celulares, às câmeras digitais e a uma série de outros aparelhos de comunicações de alta velocidade, o mundo consegue obter informações sobre a má conduta de soldados estadunidenses de



Dezenas de milhares de pessoas participaram de um protesto contra a guerra no Iraque no dia 27 Jan 07, em Washington, D.C. Os organizadores, da entidade United for Peace and Justice, pretendiam incitar o Congresso democrata recém-eleito a pôr fim à guerra. Condições políticas favoráveis no Iraque (especialmente o “Despertar Sunita”), apoiadas por uma escalada de tropas e por táticas mais efetivas de contrainsurgência, impediram uma retirada precipitada.

modo muito mais rápido, completo e impactante, em comparação ao que era possível, no passado. Os relatos sobre tais condutas inspiram os combatentes inimigos, servem como incentivo para seus esforços de recrutamento, colocam as populações locais contra nós, diminuem o nosso apoio interno aos conflitos no exterior e prejudicam o relacionamento do nosso país com os aliados.

Incidentes especialmente atrozes recebem tanta cobertura negativa que acabam adquirindo a mesma infâmia antes reservada apenas às grandes derrotas em campanhas históricas. Contudo, em vez de reveses no Passo de Kasserine ou na Floresta de Hurtgen, o público fala hoje de nomes como Guantánamo, Abu Ghraib, Bagram, Samarra, Mahmudiyah ou Kunduz²².

Essas derrotas não nos foram trazidas pelas mãos do inimigo. Infelizmente, nós as

infligimos a nós mesmos, com nossas ações antiéticas. Portanto, para entendermos o que é preciso para alcançarmos o êxito, restringirei minha análise ao Exército dos EUA nos teatros de operações do Afeganistão e do Iraque, no que resta deste artigo. Examinarei nossas próprias fileiras, onde um inimigo muito mais perigoso se esconde. Não deve ser difícil alcançar essa vitória interior, se realmente nos esforçarmos. Afinal, quando estamos em nossa melhor forma, somos um Exército alicerçado em princípios éticos.

Quem Somos, em Nossa Melhor Forma

As derrotas morais que temos sofrido na Guerra Contra o Terrorismo são terrivelmente irônicas, considerando a nobre história do Exército dos EUA.

Nenhum exército jamais apresentou maior ameaça à nossa existência que o poderoso Exército britânico, no nascimento de nossa nação. Não obstante, durante a Guerra Revolucionária, os líderes do Exército Continental e do Congresso estavam determinados não só a ganhá-la, como também a vencer de um modo que fosse compatível com seus princípios morais e sua crença fundamental nos direitos humanos²³. O General George Washington estabeleceu condições para isso por meio do exemplo pessoal e de ordens militares. Em uma ordem por escrito, por exemplo, determinou que os 211 prisioneiros britânicos fossem tratados “com humanidade” e que ninguém lhes desse “razão alguma para reclamar que nós estejamos copiando o exemplo brutal do Exército britânico no tratamento dado aos nossos infelizes irmãos”²⁴. Em consequência, o Exército Continental portou-se com humanidade incomum para a época. Durante os mais de dois séculos que se passaram desde o seu nascimento, nosso Exército conduziu a maioria de suas campanhas dentro dessa tradição de humanidade.

Entretanto, ele também contém uma tradição ética menos dominante. Dentro dessa outra tradição, o imaginado bem maior se sobrepõe aos direitos do indivíduo. Em particular, essa perspectiva sustenta que o fim justifica os meios, quando esse fim é obter a vitória ou salvar vidas de estadunidenses. Com frequência (mas nem sempre), o racismo teve algo a ver com sua adoção. Considere-se, por exemplo, o contraste entre o comedimento do Exército Continental ao combater o Exército britânico com o tratamento por ele dispensado às tribos iroquesas. Vale lembrar, também, a forma por vezes bárbara como tratamos os filipinos durante a Guerra das Filipinas, os japoneses durante a Segunda Guerra Mundial e os sudeste-asiáticos durante a Guerra do Vietnã.

Uma notável diretriz do Exército não só englobou essas duas tradições, como também refletiu sua relativa ordem de precedência.

Em julho de 1862, o General Henry Halleck foi nomeado Comandante das Forças da União. Ao longo daquele terrível primeiro verão da Guerra Civil, a frustração de Halleck em relação aos insurgentes foi aumentando. Advogado por formação, ele buscava clareza sobre como

o Exército deveria lidar com os combatentes irregulares confederados. Em uma carta a um acadêmico, desabafou: “As autoridades rebeldes alegam o direito de enviar homens, vestidos como cidadãos pacíficos, para armar ciladas e atacar nossas tropas, queimar pontes e casas, destruir propriedades e matar pessoas dentro de nossas linhas”²⁵.

O acadêmico era Francis Lieber, nascido na Prússia e veterano de Waterloo, que agora lecionava Ciência Política em Columbia College, em Nova York²⁶. Lieber aceitou o desafio de Halleck de produzir um código que regulamentasse a conduta de guerra pelo Exército da União. Em abril de 1863, depois de ter sido revisado por um comitê de generais, o Presidente Abraham Lincoln aprovou o “Código Lieber”. O documento foi finalmente publicado como a “Ordem Geral 100”, em maio de 1863.

Lieber esperava, sobretudo, que seu código orientasse o Exército da União a exercer comedimento, com sabedoria e compaixão, no campo de batalha²⁷. Em consequência, o Código Lieber continha uma longa relação de regras, destinadas a garantir que as tropas da União tratassem humanamente tanto os não combatentes quanto os prisioneiros de guerra. O Código Lieber proibia terminantemente certas táticas no campo de batalha, como a tortura, o uso de venenos e a recusa de clemência ou tratamento misericordioso a soldados que se rendessem²⁸.

Décadas depois da guerra, esse código se tornaria a fonte principal para os formuladores das Convenções de Haia de 1899 e 1907²⁹. Portanto, os soldados estadunidenses de hoje podem afirmar, com razão e com orgulho, que seu grande Exército não só foi o primeiro a codificar a Lei da Guerra, como também ajudou a definir a forma final dada a essa lei, mediante o tratado internacional.

Entretanto, sob a óbvia corrente de princípios humanitários do Código Lieber, havia uma forte contracorrente baseada na ideia de que os “fins justificam os meios”. Em vários trechos, o Código Lieber conferiu aos comandantes a opção de violar a regra em caso de “necessidade militar”. “A pessoa, propriedade e honra” dos cidadãos desarmados deveriam ser poupadas, mas apenas na medida em que “as exigências da guerra o permitissem”³⁰.

Essa tensão entre nossas tradições éticas — a dominante e a subordinada — nunca foi completamente resolvida. No início de 2002, por exemplo, o Presidente George W. Bush e Donald Rumsfeld possibilitaram o emprego de técnicas de interrogação severas, quando assinaram diretrizes que afirmavam que, em casos de “necessidade militar”, os agentes do Talibã e da Al Qaeda não precisavam ser tratados segundo as Convenções de Genebra³¹.

Graças a escândalos de tortura que se seguiram e a outras histórias aterradoras sobre o uso excessivo de poder de combate pelas Forças estadunidenses, não surpreende que alguns observadores externos acreditem que o nosso Exército tenha se tornado imoral. Esses observadores externos estão errados. Qualquer pessoa que tenha sido enviada para a zona de combate com o Exército dos EUA sabe que a grande maioria dos soldados se porta de forma honrosa nos atuais campos de batalha. Mesmo assim, é assustador pensar que esses observadores quase chegaram a estar certos.

Uma Ética Profissional em Perigo

Em retrospecto, parece claro que a ética profissional do Exército dos EUA esteve em apuros no início do século XXI. Devido, em parte, ao nosso sucesso na Guerra do Golfo, passamos a crer que podíamos ignorar a dimensão humana e moral da guerra, apoiando-nos em sistemas de armas e Inteligência de alta tecnologia³². Nossas experiências no Líbano, em Mogadíscio e nos Bálcãs estimularam uma mentalidade de “proteção da Força a qualquer custo” em alguns comandantes, que posteriormente defenderam que era preciso “deixar de delicadezas” nos interrogatórios, para salvar a vida de soldados norte-americanos³³. Além disso, o planejamento operacional “baseado em efeitos” nos levou a adquirir o hábito de avaliar as ações propostas com base apenas nos efeitos previstos, em vez de imediatamente rejeitarmos algumas ações em princípio³⁴.

O prejuízo causado à ética profissional do nosso Exército é grave. Os oficiais e soldados continuam a debater se é certo utilizar a tortura em algumas circunstâncias e as transgressões de ex-comandantes de Unidades do Exército, como o Tenente-Coronel Sassaman, o Tenente-Coronel Allen West e o *Chief Warrant Officer*

Lewis Welshofer [gradação sem equivalente no Exército Brasileiro — N. do T.], têm vários defensores³⁵.

Indicativa da gravidade do problema, a pesquisa sobre a saúde mental dos soldados e dos fuzileiros navais no Iraque, realizada pelo Departamento de Defesa no segundo semestre de 2006, apresentou as seguintes conclusões:

Apenas 47% dos soldados e 38% dos fuzileiros navais concordaram que não combatentes deveriam ser tratados com dignidade e respeito. Mais de um terço de todos os soldados e fuzileiros navais afirmou que a tortura deveria ser permitida para salvar a vida de um companheiro e menos da metade disse que delataria um colega da equipe por comportamento antiético. Além disso, 10% dos soldados e fuzileiros navais informaram ter maltratado não combatentes ou danificado propriedades quando isso não era necessário³⁶.

O General David Petraeus, comandante das nossas Forças Armadas no Iraque à época, ficou justificadamente assustado com os resultados dessa pesquisa. Em resposta, escreveu uma carta aberta aos integrantes do seu comando. As Forças estadunidenses, Petraeus afirmou na carta, fracassariam em sua missão se não pudessem mostrar aos iraquianos que elas, e não os inimigos, possuíam a “superioridade moral”³⁷.

Embora recentemente tenhamos tomado medidas para sanar nossa ética profissional, o processo de cura tem sido extremamente lento, no Exército. Uma das medidas foi revisar substancialmente nossa doutrina sobre a conduta no campo de batalha, que é, hoje, bem mais firme, coerente e clara em relação ao que era há apenas cinco anos.

Outra importante medida foi aprimorar o ensino de ética no treinamento básico: hoje, todos os alunos portam um cartão denominado “Regras do Soldado” (uma versão resumida da Lei da Guerra) e recebem de 35 horas a 45 horas de instrução sobre valores³⁸. Além disso, em maio de 2008, o Exército estabeleceu o promissor Centro da Profissão e da Ética do Exército, com o propósito de estudar, definir e divulgar nossa ética profissional³⁹. Igualmente promissor é o fato de o Exército haver designado 2011 como o “Ano da Profissão das Armas” (com o claro

objetivo de desenvolver a ética profissional), forte sinal de que sua cúpula pretende melhorar nosso desempenho nessa área.

É o que, de fato, precisamos fazer. A oficialidade integra uma área que precisa de aperfeiçoamento, conforme evidenciado por eventos em locais como Guantánamo, Abu Ghraib, Bagram e Samarra.

Contudo, o problema mais grave reside nas subculturas ocultas em nosso Exército operacional. Em *A Tactical Ethic: Moral Conduct in the Insurgent Battlespace*, Dick Couch, ex-oficial integrante das Forças Especiais da Marinha dos EUA (SEAL), apresenta argumentos convincentes de que, atualmente, nossos recrutas saem da instrução militar básica com um entendimento completo dos valores militares estadunidenses, mas, ao serem designados para Unidades operacionais, podem ingressar em uma cultura interna de suas subunidades, que não corresponde ao que desejam os escalões superiores. Segundo Couch, uma subcultura potencialmente perigosa resulta de um ou dois formadores de opinião (“insurgentes morais”), que convertem ou obtêm o consentimento tácito de outros integrantes da Unidade⁴⁰. Como querem se encaixar no grupo, os jovens soldados geralmente se amoldam a ele⁴¹.

Couch está certo. Abu Ghraib, o exemplo mais extremo de uma tropa liderada por “insurgentes éticos”, está longe de ser o único. De fato, não é nenhum exagero dizer que todas as grandes

...o Código Lieber continha uma longa relação de regras, destinadas a garantir que as tropas da União tratassem humanamente tanto os não combatentes quanto os prisioneiros de guerra.

derrotas morais que sofremos, até agora, na Guerra Contra o Terrorismo envolveram subculturas nocivas, em diferentes graus. Para evitar futuras derrotas precisamos, primeiro, corrigir a conduta nas subunidades.

Isso só pode ser feito indo diretamente às suas guarnições.

O Treinamento Cultural Mais Necessário

Nos últimos anos, o Exército vem aumentando a ênfase na necessidade de os soldados empregados em operações entenderem a cultura local. Hoje, todos os soldados que se destinam ao Iraque e ao Afeganistão recebem estágios de orientação cultural e de idioma, normalmente ministrados por equipes de especialistas do Forte Huachuca ou do Instituto de Idiomas do Departamento de Defesa. Igualmente importante é a “equipe de terreno humano”, composta de cinco integrantes — antropólogos e cientistas sociais —, que apoia o comandante de cada brigada de combate desdobrada atualmente. Essa ênfase é visivelmente benéfica. Afinal, não é raro acontecer que, mesmo atuando em plena conformidade com a lei e com as expectativas profissionais do Exército, os soldados acabem por prejudicar o apoio popular aos EUA no exterior, devido a violações não intencionais de costumes locais religiosos e étnicos.

O treinamento cultural permanecerá relevante para o nosso êxito na era da informação, mas também deve incluir treinamento que desenvolva culturas éticas dentro das Unidades operacionais, diretamente em suas sedes, especialmente nas pequenas Subunidades. A seguir, são relacionadas algumas propostas:

- O treinamento sobre os valores do Exército, a Lei da Guerra e as regras de engajamento precisa ser de responsabilidade do comando. O impacto desse treinamento sobre a tropa assume outra magnitude quando ele é conduzido pelo comandante ou por outro oficial combatente da Unidade; completamente diferente do que ocorre quando ele é ministrado por um assessor jurídico. Os advogados devem ajudar a desenvolvê-lo e podem até apresentar parte do assunto. Entretanto, nas Unidades operacionais, deve ser obrigatório que o comandante, o chefe do estado-maior ou o oficial de operações conduza o treinamento. Como disse o Major Tony Suzzi, chefe do estado-maior de um regimento de cavalaria na 1ª Brigada de Combate, da 1ª Divisão de Infantaria: “Talvez eu seja uma cara simplório, mas, pela minha experiência de combate, a conversa que o

comandante de batalhão teve com cada soldado, sobre voltar para casa com sua honra intacta, funcionou”⁴².

- Nosso Exército deve colocar a principal ênfase no treinamento ético nos escalões mais baixos. O comandante, ou alguém entre os combatentes mais antigos da Unidade, deve liderar as discussões iniciais sobre ética, dando o tom para que se sucedam debates posteriores, no âmbito das frações subordinadas. Os comandantes dos pelotões, dos grupos de combate e das esquadras devem liderar suas frações nesses debates em separado.

- As discussões nas unidades, subunidades e frações devem ser baseadas em cenários e em debates socráticos, em vez de fazer com que, na maior parte do tempo, assistam passivamente a apresentações de *PowerPoint*. Além disso, o comedimento moral precisa ser incorporado em todos os treinamentos de táticas individuais de combate, como os módulos de tiro de carros de combate, as pistas de combate aproximado em área urbana e a prática de interrogatórios, por exemplo. “Depois que os meus interrogadores viram, com seus próprios olhos, as vantagens de entender os aspectos positivos da cultura muçulmana”, disse Matthew Alexander, o renomado autor e interrogador que levou as Forças norte-americanas a Zarqawi, “eles se converteram rapidamente [quanto a deixar a prática de utilizar táticas severas]”⁴³.

- Os assessores jurídicos devem apenas participar das discussões sobre ética no estado-maior, e não serem os responsáveis por elas. Primeiro, o que é tecnicamente legal não é necessariamente o que é certo. “As decisões morais são importantes demais para serem deixadas a cargo dos advogados”, observou, certa vez, o renomado historiador Michael Ignatieff⁴⁴. O que é ainda mais importante: como os assessores jurídicos não são combatentes, eles não são os instrutores ideais para supervisionar treinamentos de conduta de combate que envolvam armamento em situações simuladas. Como os capelães nem armas portam, eles seriam uma opção ainda pior.

- Para efetivamente integrar a teoria e a prática da ética no treinamento, precisamos de um responsável geral no estado-maior que seja versado em ambas. Por que não designar um “oficial de ética” nas brigadas, grupos e



General George C. Marshall, 1942.

Exército dos EUA

batalhões — à semelhança do “oficial de tiro” das Unidades — para assegurar essa integração, sob a coordenação do oficial de operações? Outros instrutores de ética também seriam designados no escalão companhia. Esses “oficiais de ética” e seus instrutores também supervisionariam em nome dos comandantes, assegurando que casos ilustrativos de questões e decisões éticas fossem plenamente integrados em todos os eventos de treinamento.

- Apenas oficiais mais antigos da Unidade seriam designados para funções relacionadas com a ética no estado-maior. Nos escalões brigada e batalhão, o oficial de operações, o seu adjunto ou o *sergeant major* da Seção seriam boas opções. Nas companhias, a função seria atribuída ao subcomandante ou ao *first sergeant* [no Exército Brasileiro, poderia ser o equivalente ao Sargento-Adjunto mais antigo da subunidade — N. do T.].

- Para preparar esses oficiais de ética, seria necessário um estágio com duração de duas a quatro semanas, a ser desenvolvido. Esse estágio

seria administrado no âmbito das guarnições ou inserido nos cursos de aperfeiçoamento de oficiais e sargentos já existentes.

- A fase I desse curso sobre ética deveria se concentrar na “teoria”, com advogados, acadêmicos, profissionais de saúde mental, capelães e ex-comandantes ministrando as instruções. A segunda fase poderia se concentrar na aplicação prática. O Centro da Profissão e Ética do Exército já desenvolveu um estágio teórico de uma semana para os instrutores de ética, que pode servir como base para a fase I. Para a fase II, pode-se aproveitar a experiência de uma firma como a Close Quarters Defense® (CQD®) para o desenvolvimento do currículo, a construção das instalações e o treinamento de multiplicadores⁴⁵.

- Os oficiais, em geral, recebem treinamento suficiente em ética nas suas escolas de formação — na Academia Militar dos EUA em West Point, em uma das escolas militares ou no Curso de Formação de Oficiais da Reserva do Exército dos EUA (ROTC, na sigla em inglês). Entretanto, um tenente de 22 anos recém-formado talvez tenha a mesma dificuldade que teria um recruta da mesma idade em resistir a uma subcultura imoral de seu pelotão, mesmo sendo o seu comandante⁴⁶. Para promover boas práticas entre os oficiais, precisamos nos concentrar mais em treinamentos que os ajudem a manter seu entendimento e seu compromisso ético no exercício de suas funções. Fazer com que os oficiais mais antigos conduzam o treinamento sobre ética nas sedes também contribuirá para isso. O fortalecimento da nossa ética profissional militar também deverá ser a espinha dorsal do Programa de Desenvolvimento Profissional de Oficiais. Além disso, as escolas de nossas Forças Armadas precisam contribuir mais nesse sentido. Durante o ano que passam na Escola de Comando e Estado Maior dos EUA, por exemplo, os oficiais superiores só recebem quatro horas de instrução relacionada à ética. Isso é tremendamente inadequado, considerando a natureza moral das nossas derrotas nos últimos anos⁴⁷.

A Verdadeira Revolução

Ganhamos quase todas as batalhas no Iraque e no Afeganistão e, mesmo assim, quase “perdemos a guerra”. Mesmo hoje, o resultado desses dois conflitos é extremamente questionável. Embora o

Iraque esteja bem mais estável que há dois anos, ainda é possível que o país mergulhe na guerra civil. No Afeganistão, embora a esperança de uma paz honrosa tenha se renovado com a recente escalada de tropas, o conflito ainda é mais bem definido como um beco sem saída⁴⁸.

Um motivo fundamental para a nossa situação atual é a trágica sucessão de derrotas morais que nós sofremos nesses dois campos de batalha. Essas derrotas vergonhosas reforçaram a determinação dos nossos inimigos, ao mesmo tempo em que enfraqueceram a vontade do povo norte-americano em alcançar a vitória. Tais derrotas são especialmente penosas, considerando o histórico honroso de boa conduta do Exército dos EUA nos campos de batalha.

O General George Marshall (um modelo de oficial íntegro, chamado por Winston Churchill de “aquele nobre romano”) falou da “fera interior”, que aflora dentro do indivíduo em combate. Durante a Segunda Guerra Mundial, Marshall esteve mais preocupado em controlar essa “fera”, a fim de preservar a boa ordem e a disciplina nas fileiras. Na era da informação, se essa fera assumir o controle, poderá surgir um insurgente dentro das nossas próprias fileiras; alguém muito mais perigoso politicamente que qualquer outro que enfrentemos com armas no campo de batalha: o “insurgente moral”.

“...a conversa que o comandante de batalhão teve com cada soldado, sobre voltar para casa com sua honra intacta, funcionou”.

Para derrotar esse indivíduo tão perigoso, a cultura operacional do nosso Exército precisa aprender que a conduta correta no campo de batalha importa mais do que qualquer outra coisa, hoje em dia. A boa conduta não é, por si só, capaz de conquistar a paz, que depende muitas vezes de condições estratégicas fora do controle dos soldados. Contudo, a conduta correta no campo de batalha, aliada aos objetivos e às táticas corretas,

marginaliza os insurgentes, ao privá-los do apoio popular de que precisam para prosperar. Assim, por mais surreal que isso possa parecer àqueles de nós que já estávamos na Força nos anos 90, hoje em dia, a tecnologia do campo de batalha, as viaturas blindadas, as técnicas de tiro e o alcance das armas contribuem menos para o sucesso da missão do que o comportamento ético das nossas tropas.

Isso não quer dizer que nossos meios tradicionais de combater não sejam mais importantes. É evidente que são. Muitos soldados continuam a se deparar com situações nas quais dão graças por disporem de boas armas e por saberem utilizá-las. Às vezes, “selvageria calculada” é o que é necessário aos soldados. Contudo, no século XXI, a conduta no campo de batalha não é importante apenas ocasionalmente; ela é importante sempre, e essa importância só continuará a crescer, à medida que a tecnologia da informação melhorar. No futuro, até as guerras convencionais — pelo menos as que envolverem democracias maduras como os EUA — terão de ser travadas de acordo com princípios éticos por pura necessidade prática, o que inclui as Leis da Guerra⁴⁹. Graças à sua capacidade de impor uma conduta no campo de batalha, que seja socialmente aceitável, às Forças militares das democracias, a tecnologia

da informação transformou-se no grande fator nivelador de todas as formas de combate.

Quer estejamos nos preparando para uma guerra convencional, quer para uma guerra não convencional, não podemos permitir que as habilidades em armas e combate nos ensurdeçam para o que se tornou mais importante e, como no proverbial canto da sereia, nos façam afundar nas rochas escarpadas do mundo que nos observa. Devemos fazer com que a conduta correta no campo de batalha seja a prioridade máxima do Exército no ensino e no treinamento.

Por fim, o conceito de “Revolução em Assuntos Militares” talvez seja a expressão mais erroneamente empregada nos textos militares de hoje. Entretanto, já que eu comecei este artigo com o mau emprego do termo, vale a pena mencioná-lo, mais uma vez. Depois de termos despendido bilhões de dólares para obter enorme superioridade tecnológica sobre outros exércitos, não seria irônico se descobrissemos que, no século XXI, o componente fundamental de uma revolução em assuntos militares é simplesmente nos lembrarmos de que, em nossa melhor forma, somos um Exército íntegro? Se essa lição deve ser o ponto de partida para uma revolução militar com algum sentido, então certamente não é tarde demais para que a aprendamos.**MR**

REFERÊNCIAS

1. ALEXANDER, Matthew. “My Written Testimony to the Senate Judiciary Committee Hearing”, *The Huffington Post*, 13 May 2009, disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/matthew-alexander/my-written-testimony-to-t_b_203269.html> (28 Jun 2010). Ao referir-se a “controlar” a fera interior, Marshall falava de “administrar” e não de eliminar a ferocidade dos soldados norte-americanos. É esse também o sentido que emprego em meu artigo: como falcões adestrados por falcoeiros, as violentas paixões que afloram dentro dos soldados profissionais durante o combate devem ser treinadas para atingir apenas os alvos certos. Diferentemente dos falcões, porém, o treinamento de seres humanos requer muito mais que o simples condicionamento físico. É preciso também apelar para as nossas faculdades da razão e da emoção.
2. Essa história de introdução se baseia nas minhas próprias experiências como subchefe de Inteligência de brigada, nesse exercício.
3. FILKINS, Dexter. “The Fall of the Warrior King”, *The New York Times*, 23 October 2005, disponível em: <http://www.nytimes.com/2005/10/23/magazine/23sassaman.html?_r=1> (28 June 2010), p. 1.
4. *Ibid.*, p. 2.
5. *Ibid.*
6. *Ibid.*
7. *Ibid.*
8. *Ibid.*
9. *Ibid.*, p. 12.
10. *Ibid.*, p. 10.
11. *Ibid.*, p. 11-12.
12. *Ibid.*, p. 10-11.
13. *Ibid.*, p. 11-12.
14. *Ibid.*
15. À época, havia certa confusão quanto aos “combatentes ilegais” — uma

- categoria criada pelo governo Bush para descrever os insurgentes armados — terem ou não direito às proteções das Convenções de Genebra. Essa confusão resultou das políticas assinadas pelo Presidente Bush e seu Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, no início de 2002, que negavam essas proteções aos integrantes da Al Qaeda e ao Talibã em casos de “necessidade militar”. Em sua decisão histórica de 29 Jun 06, no processo Hamdan *versus* Rumsfeld, o Supremo Tribunal dos EUA decidiu que cabia aos combatentes ilegais pelo menos o direito às proteções conferidas pelo Artigo 3º Comum das Convenções de Genebra. Contudo, não havia dúvida alguma, em nenhum teatro de operações, quanto ao fato de criminosos terem pleno direito às proteções das Convenções de Genebra.
16. *Ibid.*, p. 11.
17. *Ibid.*, p. 1.
18. Uma indicação da enorme cobertura de imprensa recebida pelo incidente de Samarra é o fato de o ator Tom Cruise estar produzindo um filme sobre o caso.
19. *Ibid.*, p. 5-8; RICKS, Thomas E. *Fiasco: The American Military Adventure in Iraq* (New York: The Penguin Press, 2006), p. 279-90.
20. KRISTOL, William. *The Defense Secretary We Have*, 15 Dec 2004, disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A132-2004Dec14.html>> (28 June 2010).
21. Uma derrota tática dessas quase levou à aniquilação do 2º Batalhão, do 7º Regimento de Cavalaria, da 1ª Divisão de Cavalaria, em 17 Nov 65, no Vale la Drang. Essa batalha foi descrita de forma clara pelo Gen Div Harold G. Moore (Reserva) e por Joseph L. Galloway, no livro *We Were Soldiers Once... and Young*.
22. O emprego de técnicas avançadas de interrogatório está indissociavelmente ligado aos escândalos de Guantánamo, Abu Ghraib e Bagram. O incidente de Samarra foi descrito acima. Na matança em Mahmudiyah, em 12 Mar 06, cinco soldados do 502º Regimento de Infantaria, da 101ª Divisão Aeroterrestre, estupraram uma menina iraquiana de 14 anos e assassinaram sua família. O

incidente é tema de um livro recente, *Black Hearts*, de Jim Frederick. O Massacre de Kunduz é tema de um documentário europeu. Nesse massacre, centenas de talibãs morreram ao serem transportados em contêineres hermeticamente fechados, por tropas da Aliança do Norte, que estariam sob a supervisão de uma equipe das Forças Especiais do Exército dos EUA. O Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA também tem sua parcela de escândalos morais, tendo os incidentes mais infames ocorrido em Haditha, Hamdania e Shinwar.

23. FISHER, David Hackett. *Washington's Crossing* (New York: Oxford University Press, 2004), p. 375.

24. *Ibid.*, p. 379.

25. BOSCO, David. "Moral Principle vs. Military Necessity", *American Scholar*, Winter 2008, disponível em: <<http://www.theamericanscholar.org/moral-principle-vs-military-necessity/>> (28 June 10).

26. *Ibid.*

27. *Ibid.*

28. LIEBER, Francis (Ph.D.). "Instructions for the Government of Armies of the United States in the Field", *Law of War*, 24 Apr 1863, disponível em: <http://www.lawofwar.org/general_order_100.htm> (10 June 10), Artigos 16 e 49.

29. TAYLOR, Telford. "Foreword". In: FRIEDMAN, Leon (editor). *The Law of War: A Documentary History* (New York: Random House, 1973), p. 6. Segundo Taylor, o Código Lieber "foi, por cinquenta anos, o pronunciamento oficial do Exército sobre o tema; forneceu grande parte do material para as Convenções de Haia de 1899 e 1907; e continua a receber atenção hoje, como o documento que deu início à codificação das Leis da Guerra Terrestre".

30. LIEBER, Artigo 22.

31. BUSH, Presidente George W. "Memorandum, Humane Treatment of al Qaeda and Taliban Detainees, February 7, 2002", *George Washington University's The National Security Archives*, disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB127/02.02.07.pdf>> (28 June 10), p. 2; RUMSFELD, Donald. "Memorandum for Chairman of the Joint Chiefs of Staff, Status of Taliban and Al Qaeda, 19 January 2002", *George Washington University's The National Security Archives*. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB127/02.01.19.pdf>> (28 June 10).

32. Das estimativas de Inteligência que mantive sobre o Exercício de Combate Avançado de 1996, descrito anteriormente, nenhuma contém uma única referência a uma questão civil-militar. Essas estimativas de Inteligência discutem apenas a ordem de batalha, os equipamentos e as prováveis linhas de ação do inimigo teórico. Antes de 2003, participei de três missões no Centro Nacional de Adestramento, no Forte Irwin, Estado da Califórnia, e de duas no Centro de Adestramento para Manobras em Combate em Hohenfels, Alemanha. Com exceção da última, todas elas negligenciaram os aspectos civis-militares da guerra (e meu último rodizio, em 2002, não foi muito diferente). Nesse caso é pertinente, sem dúvida, o chavão de que um Exército treina para a última guerra que venceu, e não para a próxima guerra que irá combater. O único inimigo puramente militar que havíamos combatido, e que era vagamente semelhante ao dos exercícios de treinamento nos anos 90, era o Exército do Iraque, já que havíamos lutado contra ele nos desertos da Guerra do Golfo.

33. SNIDER, Don M. (Ph.D.); NAGL, Maj John A.; PFAFF, Maj Tony, "Army Professionalism, the Military Ethic, and Officership in the 21st Century", *U.S. Army War College Strategic Studies Institute*, December 1999, disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/files/pub282.pdf>> (28 June 2010), p. 2. Como esse documento foi redigido antes da Guerra contra o Terrorismo, ele não estabelece uma ligação direta entre a nossa mentalidade de "proteção da força a qualquer custo" dos anos 90 e a nossa mentalidade de "informações a qualquer custo, se elas salvam vidas", dos primeiros anos desta guerra. Mesmo assim, esse documento incrivelmente visionário antevê essa conexão, declarando que "as normas de comportamento profissional do Exército estão sendo minadas pelas orientações políticas sobre proteção da força". Esse trabalho também recomendou que o Exército dos EUA retomasse uma ética profissional militar alicerçada em princípios.

34. MATTIS, Gen James N. "USJFCOM Commander's Guidance for Effects-Based Operations", *Joint Force Quarterly*, 4th Quarter, 2008: p. 105-108, p. 107; CHALLANS, Ten Cel Tim. "Tipping Sacred Cows: Moral Potential through Operational Art", *Military Review* (Sept-Oct 2009): p. 19-28, p. 19. Em sua diretriz de comando para o USJFCOM, o General Mattis limitou o escopo do planejamento operacional baseado em efeitos, afirmando: "Todo conceito de planejamento que busca, de forma mecanicista, proporcionar certeza em um ambiente inerentemente incerto está em desacordo com a natureza da guerra." Challans estabelece uma conexão direta entre o planejamento operacional baseado em efeitos e uma mentalidade amoral, afirmando: "Essa abordagem, seja qual for o seu nome, tem pouco potencial para comportar preocupações morais importantes, que mostraram ter ramificações estratégicas."

35. O Ten Cel Allen West foi, como Sassaman, comandante de batalhão na 4ª Divisão de Infantaria, durante a Operação *Iraqi Freedom I*. Para obter dados de Inteligência, West permitiu que seus soldados espancassem um detento, tendo e ele próprio disparado dois tiros perto de sua cabeça. O *Chief Warranty Officer* Welshofer, contemporâneo de West e de Sassaman no Iraque, era o

interrogador mais antigo do 3º Regimento de Cavalaria Blindado. Welshofer foi condenado por homicídio culposo por negligência, no caso de um detento que havia morrido durante o emprego especialmente brutal de uma técnica avançada de interrogatório.

36. WOOD, Sgt Sara. "Petraeus urges troops to adhere to ethical standards in recent letter", *Operation Iraqi Freedom: Official Website of United States Forces-Iraq*, 14 Mai 2007, disponível em: <http://www.usf-iraq.com/?option=com_content&task=view&id=11869&Itemid=110> (28 June 2010). Segundo a definição constante do relatório, os maus tratos a não combatentes englobam: roubar de um não combatente, destruir ou danificar propriedades quando desnecessário ou bater ou chutar em um não combatente.

37. PETRAEUS, Gen David H. "Appendix I: General David H. Petraeus on Values", in COUCH, Dick. *A Tactical Ethic: Moral Conduct in the Insurgent Battlespace*, p. 113-15 (Annapolis: Naval Institute Press, 2010): p. 114, p. 113.

38. COUCH, p. 46.

39. "About the CAPE", *U.S. Army Center for the Army Profession and Ethic* (29 July 2010), disponível em: <<http://acpme.army.mil/about.html>> (15 August 2010).

40. COUCH, p. 77. Talvez para evitar confusão nas mentes dos contrainsurgentes, Couch, na verdade, chama esses indivíduos imorais de "piratas", em vez de insurgentes, embora o papel deles seja muito mais semelhante ao destes últimos.

41. COUCH, p. 54. O que exacerba o problema, resalta Couch, é que a geração atual de recrutas (composta, em grande parte, de integrantes da Geração Y) demonstra maior "necessidade de pertencer ao grupo" que as gerações anteriores.

42. Maj Tony Suzzi, em e-mail ao Maj Doug Pryer, 16 Jun 2010.

43. Matthew Alexander, em email ao Maj Doug Pryer, 23 Jun 2010. Abu Musab al-Zarqawi era um militante jordaniano, fundador do grupo terrorista "Al Qaeda no Iraque". Antes de ser atingido e morto por munição teleguiada, em 7 Jun 06, Zarqawi era o homem mais procurado pelas Forças da coalizão no Iraque.

44. COUCH, p. xvi.

45. Segundo o Maj Kevin Cutright, ex-professor de Filosofia na Academia Militar dos EUA, em West Point, o Centro da Profissão e Ética do Exército conduz, na entidade, um estágio de uma semana chamado "Master Army Profession and Ethic Trainer Course" ("Curso Avançado para Instrutores de Profissão e Ética do Exército"). Segundo ele, um terço dos alunos são capelães, sendo o restante do grupo composto de oficiais de estado-maior, graduados mais antigos e sargentos instrutores. Em relação ao proposto treinamento da fase II, há duas décadas que equipes do Comando de Operações Especiais e de vários órgãos civis passam pela instalação de treinamento pertencente à empresa civil Close Quarters Defense®. O que torna esse programa especial é a integração do treinamento "Internal Warrior Training™" (princípios éticos) com técnicas de combate aproximado. Segundo o programa, um soldado combate melhor se ele não estiver lutando apenas pelos seus companheiros, mas também pela sua família e pela nação. O programa também ensina que verdadeiros soldados exibem qualidades como respeito, compaixão e corajoso comedimento. Um dos cursos conduzidos por essa empresa incorpora treinamento armado e não armado, evoluindo do indivíduo para a equipe. Cada curso é especializado segundo a missão do grupo. O exercício "Hooded Box Drill™" é uma técnica especialmente eficaz da empresa, que ela emprega para reforçar as respostas certas nos soldados em diversos cenários. Nesse exercício, o aluno é colocado dentro de uma caixa coberta e, quando a caixa é levantada, ele precisa reagir rapidamente a uma situação "letal" ou "não letal".

46. PRYER, Maj Douglas A. *The Fight for the High Ground: The U.S. Army and Interrogation During Operation Iraqi Freedom, May 2003-April 2004* (Fort Leavenworth: CGSC Foundation Press, 2009), p. 88. A história ora citada é a de um comandante de pelotão da FT 1º/36º Regimento de Infantaria, da 1ª Brigada de Combate, FT 1ª Divisão Blindada. No início do verão de 2003, esse fracasso oficial não interferiu quando seu pelotão se entregou ao comportamento violento. O pelotão extorquiu dinheiro dos moradores para comprar objetos de luxo, atacou saqueadores e, aparentemente, espancou pelo menos um iraquiano inocente por um prazer perverso, apenas. Pelos crimes do pelotão, seu sargento cumpriu pena de prisão e seu comandante foi expulso do Exército. Esse é apenas um de vários exemplos recentes, no Iraque e no Afeganistão, de jovens tenentes sendo transformados pela subcultura imoral de suas tropas, em vez de transformá-las.

47. Nesse sentido, o CGSC (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA) não é a única entre as escolas das Forças Armadas dos EUA.

48. Em 13 Mai 10, o Gen Stanley McChrystal qualificou o conflito como um "beco sem saída".

49. Entende-se por democracia "madura" uma democracia em que as pessoas tenham adquirido poder verdadeiro sobre seu governo. A definição de democracia madura, de Samuel P. Huntington, é provavelmente a mais citada. Segundo ele, uma democracia que viu o partido governante ser substituído por um partido de oposição duas vezes de forma pacífica e democrática pode ser considerada "madura". O que é debatido entre cientistas políticos, com frequência, é se as verdadeiras democracias maduras seriam capazes de travar guerras umas contra as outras.